



6 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 8 de abril de 2022

Bolsas Na quinta-feira 0,54% São Paulo 0,25% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 121.280 / 118.862 4/4 5/4 6/4 7/4	Salário mínimo R\$ 1.212	Dólar Na quinta-feira R\$ 4,741 (+0,56%)	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 5,155	Capital de giro Na quinta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 11,87%	Inflação IPCA do IBGE (em %) <table border="1"> <tr><td>Outubro/2021</td><td>1,25</td></tr> <tr><td>Novembro/2021</td><td>0,95</td></tr> <tr><td>Dezembro/2021</td><td>0,73</td></tr> <tr><td>Janeiro/2022</td><td>0,54</td></tr> <tr><td>Fevereiro/2022</td><td>1,01</td></tr> </table>	Outubro/2021	1,25	Novembro/2021	0,95	Dezembro/2021	0,73	Janeiro/2022	0,54	Fevereiro/2022	1,01
Outubro/2021	1,25																
Novembro/2021	0,95																
Dezembro/2021	0,73																
Janeiro/2022	0,54																
Fevereiro/2022	1,01																

PRIVATIZAÇÃO

TCU prevê 'em breve' modelo da Eletrobras

Em debate no tribunal, Paulo Guedes afirma que guerra na Ucrânia indica necessidade de acelerar transição energética

» MICHELLE PORTELA

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá julgar o acórdão que definirá a modelagem para a privatização da Eletrobras "em breve". É o que garantiu, ontem, o relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, durante debate sobre o tema realizado pelo órgão. Também presente no evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a guerra entre Rússia e Ucrânia está pressionando o país a "acelerar a transição energética", e que a privatização da companhia é importante para garantir investimentos no setor.

O governo federal tem pressa e quer fazer a privatização da estatal em maio. Na modelagem proposta pelo Planalto, isso seria feito por meio da oferta de novas ações ao mercado, sem que o governo participe do processo. Com isso, a fatia da União no capital votante cairia para 45% e o controle da companhia passaria para o capital privado. O governo, porém, manteria uma golden share, ação de natureza especial que dá poder de veto em decisões estratégicas.

O vice-presidente do TCU, Bruno Dantas, disse que todas as etapas internas para a avaliação da modelagem foram vencidas, faltando apenas o voto do relator e a apreciação pelo plenário, "que terá como principal foco o interesse dos consumidores".

Segundo Paulo Guedes, a privatização da Eletrobras é um passo fundamental para garantir a segurança energética do Brasil a longo prazo, bem como investimentos em energia limpa. Para ele, enquanto a pandemia exigiu a adaptação do governo à cultura digital, a guerra entre Rússia e Ucrânia força o país a buscar soluções para produzir energia limpa e mais barata. "A guerra nos acelerou para a transição energética. A ideia de segurança, de risco geopolítico é uma constante em nossas vidas. Uma realidade agora", disse.

O governo argumenta que a

privatização trará recursos necessários para que o país continue investindo em áreas estratégicas, como a energia nuclear, mas também na recuperação de bacias hidrográficas.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, reforçou o interesse na privatização da Eletrobras ainda neste ano para evitar, segundo ele, que as eleições prejudiquem o "alinhamento político" favorável à desestatização da companhia. "O alinhamento de janelas está disponível e viável para a transição. Ano que vem, será difícil dizer se o alinhamento ainda será esse", afirmou.

Angra

O presidente do BNDES também afirmou que as obras da usina nuclear Angra 3 não serão concluídas se a Eletrobras não for capitalizada. O setor nuclear continuará na órbita estatal após a privatização, mas o governo poderá não ter recursos suficientes, explicou. O executivo apontou ainda possível prejuízo à renovação da concessão da usina hidrelétrica Tucuruí, se o processo não andar. O empreendimento é uma das maiores fontes de receita da Eletrobras.

Para analistas do mercado financeiro, há "apetite" de investidores estrangeiros interessados em adquirir ações da Eletrobras. Porém, para o sucesso da operação, o governo precisa garantir que a venda das ações ocorra até 13 de maio.

"O maior risco é o processo travar nesta Casa", disse Giuliano Santiago Ajeje, diretor da UBS Consultoria de Serviços Financeiros. "O mercado financeiro trabalha com janela e a atual é muito positiva, com a Bolsa operando em 120 mil pontos, com investimentos estrangeiros. Mas as janelas se fecham muito cedo. No segundo semestre, teremos calendário eleitoral. Não sabemos o desfecho da guerra, por isso, deveríamos finalizar o processo até 13 de maio", disse.

Eletrobras/Divulgação



Para o governo, privatização vai gerar recursos para investimentos em energia limpa e em áreas estratégicas, como a nuclear

Obras paralisadas por denúncias

O projeto da usina, localizado em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, é cotado para ser a terceira usina nuclear do país, com capacidade de gerar mais de 12 milhões de megawatts-hora por ano, energia suficiente para abastecer as cidades de Brasília e Belo Horizonte simultaneamente. Segundo a Eletrobras, até o momento foram executados cerca de 67% das obras civis da usina, que estão paralisadas desde 2015 por causa de denúncias de corrupção e superfaturamento.

PT promete anular processo

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) afirmou, durante a audiência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a privatização da Eletrobras, que se o "outro lado" ganhar as eleições presidenciais deste ano, todo o processo de venda será anulado. Ele criticou o momento para se fazer a operação, que visa diluir a participação do governo na estatal.

"Não conseguimos fazer em 2018, 2017... Agora, na véspera da eleição? Eu digo a vocês, se eu estiver do outro lado e o outro lado (PT) ganhar a eleição, nos primeiros meses, a gente desfaz

isso tudo. E desfaz fácil. Agora, o que fazer? Para que traumatizar o processo todo?", disse Prates.

Canetada

Ele lembrou que o sistema elétrico brasileiro tem mais de 40 anos e não pode ser alterado "na canetada". "A questão nuclear virou detalhe. A gente está fazendo valuation (sic) do lado brasileiro sem consultar o lado paraguaio, isso é o rabo abanando o cachorro", afirmou o parlamentar.

Ele ressaltou que, se o caso for uma decisão pelo fim das estatais no Brasil, o tema deve ser amplamente debatido e não feito às pressas como se pretende no caso da Eletrobras.

Ele citou também a Petrobras, que entrou na mira da privatização do governo Jair Bolsonaro. "Alguém vai dizer aqui que Petrobras e Eletrobras não foram bem sucedidas, cumpriram sua missão? De abastecer o país, de capilarizar o abastecimento de bancar o Luz para Todos? Tudo isso o Brasil viveu puxado pelas duas estatais", avaliou.

Marcello Casal Jr/ABr



Reajustes contratuais devem diluir impacto do fim de taxa

Tarifa pode cair menos que o previsto

» GABRIELA CHABALGOITY*
» RAPHAEL PATI*

A decisão do governo de antecipar para 15 de abril o fim à bandeira de escassez hídrica, tarifa extra sobre a conta de luz, pode ser um alívio aos brasileiros na hora de fechar as contas. A servidora pública Alice Dias, 24 anos, que divide a casa com a mãe, acredita que a isenção da tarifa pode aliviar as contas da família, mas reforça que isso não pode ser desculpa para a imprudência. "A economia, tanto de água quanto de luz, não beneficia apenas nosso bolso, mas o meio ambiente e afins", comentou.

Em evento do Banco do Brasil, o ministro da Economia, Paulo Guedes comentou sobre a mudança na bandeira de energia elétrica, a qual destacou ocorrer "sem canetada". "Deve cair 18%

a conta de luz para a população no mês que vem, sem canetada, sem botar em risco as empresas, ao contrário", afirmou, em referência a mudanças por meio de medida provisória no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Especialistas afirmam, no entanto, que, ao longo do ano, a queda nas tarifas poderá ficar menor. A redução proporcionada pelo fim da sobretaxa deverá ser diluída com os reajustes tarifários contratuais das distribuidoras que serão estabelecidos ao longo de 2022. A PSR, maior consuntoria de energia do País, estima que, em média, esses reajustes serão de 15%. Então, computados os aumentos tarifários, a redução média na conta de luz do consumidor residencial, no ano, deverá ser de 6,5%.

Outro problema é que, ao longo da crise hídrica do ano passado,

o governo federal fez contratações emergenciais bilionárias para o uso de termelétricas, que entrarão em operação a partir de maio deste ano até dezembro de 2025. Essa conta ainda será repassada para os consumidores durante todo esse período, mesmo que as usinas não sejam usadas. As contratações emergenciais somam cerca de R\$ 11,7 bilhões.

Ao anunciar o fim da bandeira de escassez hídrica, na quarta-feira, o Ministério de Minas e Energia (MME) estimou uma economia de até 20% na conta de luz residencial. De acordo com o governo, a decisão foi tomada porque os reservatórios das hidrelétricas estão "muito mais cheios" do que no ano passado, o que reduziu a necessidade de uso das termelétricas, que geram energia mais cara. O ministério afirmou, ainda, que a previsão

é de bandeira verde até o fim do ano, com a "manutenção das atuais condições de chuva".

Caso seja essa a redução nas contas de luz, especialistas calculam que haverá impacto imediato de um ponto percentual na inflação, sendo metade absorvida em abril e metade em maio. O diretor executivo da Ativa Energia avaliou que, se a redução na tarifa de energia for da ordem de 18%, o impacto na inflação poderá ser de cerca de 1%, considerando a estrutura do principal indicador (IPCA). "O alívio nas contas de energia tem o potencial de liberar recursos no curto prazo para as empresas recompor caixa e, no caso das residências, para as famílias irem às compras ou pouparem", assinalou. (Com Agência Estado)

*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo